

S. Frutuoso de Montélios

Imagens literárias e iconografia plástica nos primórdios do Cristianismo

Carmen Dolores Franco González Palma de Figueiredo*



* Professor Auxiliar da Universidade Autónoma de Lisboa.

1. Vida e Obra de S. Frutuoso

A única fonte histórica da vida de S. Frutuoso é a carta deste ao rei Recesvinto, para conhecer a acção daquele prelado de *Bracara Augusta*. Nela foram investigar todos os historiadores e intelectuais desejosos de conhecer a cultura daquela época.

Da obra de S. Valério (623-625), *Vita Sanctissimi Fructuosi*, se têm aproveitado todos os autores que escreveram sobre este Santo.

Além do valor historiográfico e da revelação da imagem psicológica de um Santo que foi monge culto e amigo do povo, a sua vida mostra também grande importância literária.

S. Frutuoso nasceu na região de Bierço, diocese de Astorga, que tinha o nome romano de *Berguidum* e estava situada na via militar de *Bracara-Asturica*, citada no *Itinerarium*, de Antonino.

Filho de um rico magnate visigodo, tão ilustre no exército como na corte, Frutuoso ficou órfão bem cedo, confiando-se então, cerca do ano 620, a Conâncio, bispo de Palença, músico e liturgista, prelado dessa cidade desde 607 a 639, data em que faleceu. Deste eclesiástico, ilustre pela sua ciência e santidade, recebeu S. Frutuoso a formação religiosa que o preparou para fundador de mosteiros e legislador monacal.

Monge e asceta, S. Frutuoso interessava-se pela santa religião. Abraçado na chama do Espírito Santo, refulge em todos os exercícios espirituais e em todas as boas obras com tal perfeição, que, em si mesmo, facilmente igualava os méritos dos antigos eremitas tebanos.

Mercê do faiscante fulgor e conhecimento da vida contemplativa, iluminou os corações humanos (S. VALÉRIO, 1978, 18).

Dispôs de toda a sua grande fortuna para a aplicar na ajuda aos pobres e na santidade dos seus cenóbios. Encaminhou-se para lugares solitários, onde fundou vários mosteiros, o primeiro dos quais foi Compludo, na região de Bierzo, Leão, hoje chamado Comezende.

Seguiu-se-lhe o Mosteiro de Rupiana (S. Pedro de Montes); o Mosteiro de Visoña (S. Fins de Visoña); entre Pontevedra e Vigo, ergueu os Mosteiros Peonense, assim como outro numa ilha atlântica; em Cádiz, funda um na ilha de Leão, outro a nove milhas, no interior da costa, chamado Nono, do qual faz parte o mosteiro feminino organizado por Benedicta.

Na região e diocese de Braga, estabeleceu os Mosteiros de Montélios (S. Jerónimo de Real), de Turónio (Tourém, em Montalegre), de Amoso (Famalicão), de Ganfei (Valença), de Miranda (junto de Ponte de Lima) e de Sande (S. Martinho, no concelho de Guimarães).

O rei Recesvinto nomeia-o, entre 653 e 656, bispo abade de Dume, provavelmente no ano de 655 (DÍAZ E DÍAZ, 1976, 222), quando se preparava para ir peregrinar para o Oriente, e, nesta qualidade, quando tomou parte no X Concílio de Toledo (656), é elevado a bispo metropolitano de Braga, embora conservando o bispado anterior.

Dume, fundado por S. Martinho, foi um importante centro de cultura até ao século VIII, e, desde o século anterior, o Mosteiro de S. Salvador de Montélios tornou-se também, com S. Frutuoso, um grande centro de cultura greco-latina, que desaparece com a invasão muçulmana.

Tanto no Mosteiro de Dume como no de S. Salvador de Montélios, existiram *scriptoria*, onde se transcreveram muitos códices e se preservaram obras como as de Séneca, Virgílio, Cícero, Ovídio e até César.

Para orientar a vida monástica, redigiu a *Regula Monachorum*, na tradição monástica dumiense, isidoriana e emeritense, posteriormente completada, com o contributo de outros abades e priores de mosteiros, com a *Regula Communis*. Associado a esta última regra, e como continuação dela, S. Frutuoso formulou o *Pactum Scti. Fructuosi*, extensa profissão religiosa, inspirada no direito germânico e na legislação visigoda, pela qual os monges se comprometiam a viver debaixo da direcção do abade (ou abadessa), considerado como superior e pai, obedecendo-lhe e cumprindo fielmente a regra, mas reservando-se o direito de protestar contra as suas possíveis injustiças perante os outros abades da congregação, do bispo ou do conde protector do mosteiro.

Este Santo infundiu uma característica inconfundível ao seu monacato, manifestação do teor da vida local da Lusitânia primitiva, do Algarve ao Cantábrio. A persistência da vida comunalista dos castros e povoamentos luso-galaicos primitivos transparece das regras de S. Frutuoso. Nelas dá-se grande importância à pastorícia, principal recurso de certas populações serranas de Portugal e da Galiza, ainda nos nossos dias (Coutinho, 1978, LXXIX).

S. Frutuoso faleceu, segundo a tradição litúrgica, em Montélios, a 16 de Abril de 655, embora alguns autores considerem o ano de 657 como a data correcta.

Antes da sua morte, mandou edificar, junto ao mosteiro, uma capela funerária, que destinou para sua sepultura e dedicou a S. Salvador, designada actualmente como Capela de S. Frutuoso.



O rei visigodo católico, Recesvinto. Vinheta do Códice Vigilano ou Albeldense (Mosteiro do Escorial).

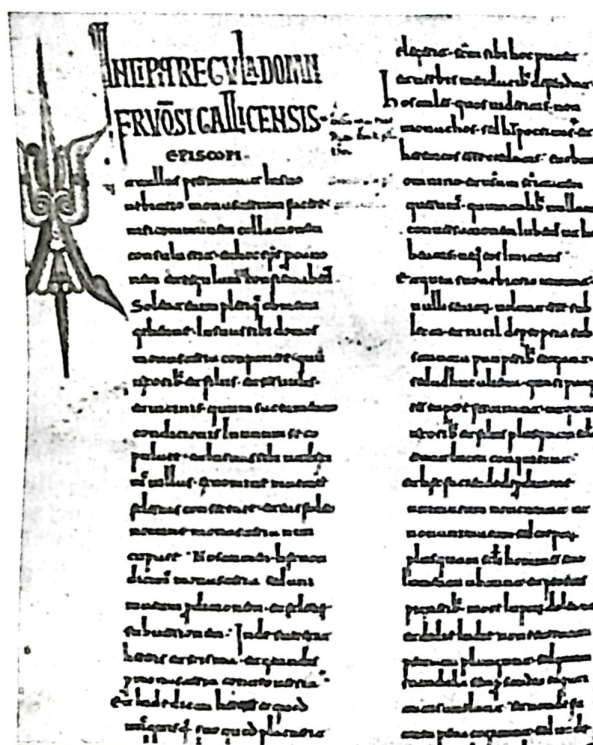
1.1 A Regra de S. Frutuoso

S. Frutuoso compôs a *Regula Monachorum* antes de ser bispo de Dume. Se admitirmos como autêntico o privilégio do rei Chindasvinto em favor do seu Mosteiro de Compludo, em 18 de Novembro de 646, e sabendo-se, pela *Vita Sancti Fructuosi* (vulgarmente atribuída a S. Valério de Bierzo), que Frutuoso se retirou desse mosteiro em direcção a lugares isolados, deixando nomeado um abade e assegurada a «ordem regular», isto é, a disciplina da Regra, devemos concluir que a compôs por volta do ano 646, ou pouco depois, antes das suas peregrinações apostólicas e monacais pela Galiza e pela Bética.

Os manuscritos que a transmitem não apresentam na *Praescriptio* o título de *Episcopus* (excepto o de Durrham, que é tardio, do século XIV) e, além disso, se a escreveu em Compludo, o seu abadengo neste mosteiro é bastante anterior ao seu episcopado.

No Concílio VIII de Toledo, assina as actas Osdulgo, como vigário do bispo de Dume, Avianchimar, e, no Toledano X de 656, Frutuoso é nomeado metropolitano de Braga, por deposição do seu titular, Potâmio.

A concepção da regra está enformada e inspirada pelo espírito de rigidez e autoridade, patente na contínua abstinência da carne, na obediência total, até para as mínimas acções, na observância de rigoroso silêncio e na importância que dá aos delitos e sanções. Por outro lado, deve-se assinalar certas ideias e práticas peculiares que a caracterizam, como a de os superiores, abade e propósito, terem de dar o exemplo e a de os maiores não oprimirem os menores; a obediência deve ser interna e externa ao mosteiro, e, apesar de tal austeridade, deve-se praticar a caridade.



Primeira página de uma Regra Monástica de S. Frutuoso do século X, em escrita visigótica (Museu Britânico, Londres).

Prescreve-se a reconciliação mútua, o rezar do credo em comum, bem como a prestação de cuidados especiais a idosos e enfermos, com os quais o abade deve contar nos seus conselhos e decisões. Tem, portanto, esta regra a sua originalidade e personalidade peculiar, tendo uma importante influência na vida monástica do Noroeste da Hispânia Visigótica.

1.2 Fontes da *Regula Monachorum*

Esta regra, que apresenta entre 23 e 25 capítulos, não possui a ordem lógica que têm outras, como a de S. Isidoro, ainda que seja mais severa do que esta nas práticas ascéticas e nas sanções.

S. Frutuoso inspirou-se nas regras orientais e nas que circulavam na Bética e na Galiza, servindo-lhe de fonte as prescrições das regras de Pacómio, Jerónimo, Casiano, Agostinho e Isidoro.

De Pacómio, faz uma adaptação de fundo e forma; de S. Jerónimo, retira ideias e expressão; a Casiano, conhece Frutuoso nas suas ideias e doutrinas, mais do que na expressão e forma; e de Agostinho, a *Regula II, o Disciplina Monasterii* e a *Regula III, ad seruos DEI*. Por fim, a maior parte dos códices que contêm esta Regra de Frutuoso são os mesmos que os da *Regula Isidori*.

1.3 Estrutura da Regra de S. Frutuoso

Regula Monachorum de San Fructuosi (Inscipit Regula Domini Fructuosi)

- Em nome do Senhor
- I – Das Orações
- II – Dos Propósitos e do Ofício
- III – Da Mesa
- IV – Do Trabalho
- V – Das Ferramentas e Utensílios
- VI – Da Obediência e Estadia do Monge
- VII – Dos Hebdomadários
- VIII – Da Limpeza e Afectos do Monge
- IX – Da Recepção de Hóspedes
- X – Da Prudência do Monge
- XI – Do Hábito e Vestidos do Monge
- XII – Dos Delitos
- XIII – Dos Excomungados
- XIV – Dos Alborotos e Desenfreados
- XV – Do Mentiroso, do Ladrão, do Que Fere os Monges
- XVI – De como Evitar os Vícios
- XVII – Dos Jejuns
- XVIII – Dos Alimentos
- XIX – Do Abade e do Propósito
- XX – Dos Conversos. Como Devem Ser Admitidos
- XXI – Da Profissão dos Conversos
- XXII – Da Ordem dos Conversos

1.4 Fontes da Regula Communis

Esta Regra, destinada aos mosteiros dúplices, em que entravam famílias inteiras, mesmo com filhos de tenra idade, apesar das particularidades que a distinguem da outra, não deixa de se inspirar e seguir ideias e formas das regras anteriores, como a de Casiano, da qual foi tomada ideia; de S. Jerónimo, cuja influência foi maior em fórmulas e frases; da *Regula Isidoro*, donde foi retirada a inspiração de fundo e dependência directa de alguns capítulos, bem como da *Regula Monachorum*, com a qual há semelhança de ideias e espírito e termos lexicais.

O *Pactum Scti. Fructuosi*, continuação da *Regula Communis*, é uma fórmula de profissão monacal atribuída, como as anteriores, a S. Frutuoso, fórmula dos compromissos dos noviços ao incorporarem-se na comunidade monacal, despojando-se do hábito ou vestido secular.

1.5 O Culto de S. Frutuoso

A influência de S. Frutuoso continuou muito para além da sua morte, porque as suas regras religiosas, e o respectivo pacto, continuaram a servir de norma a muitos dos nossos mosteiros até ao século XI. Com efeito, as primeiras encontravam-se no Mosteiro de Guimarães, em 959, e o pacto ainda se usou no de Vacarissa, em 1045.

Mesmo depois da adopção de regras monásticas de fora da Península, S. Frutuoso continuou a ser espelho e luzeiro de santidade, santo confessor, cuja vida cristã, pelo seu valor e perfeição, e cujo testemunho podem equiparar-se aos dos santos mártires.

Deve ter tido o seu culto mais cedo do que o de Martinho de Dume. Há indícios deste culto desde, pelo menos, o século X (Nock, 1946, 63-66/67-74), e, desde os princípios deste, a Igreja de Montélios aparece citada com a designação de S. Frutuoso de Montélios.

Já S. Valério, em *Vita Fructuosi*, afirma que, junto do seu túmulo, não só os enfermos são curados, mas também os demónios afugentados, e todo aquele que, amargurado, implorar o seu poderoso auxílio, imediatamente alcança do Senhor completo fruto das suas preces.

Além disso, há que assinalar a presença de S. Frutuoso, em 16 de Abril, no calendário de Oña, citado no de Leão, o que seria o mais antigo indício do culto (GAIFFIER, 1948, 297).

O nome do Santo aparece mencionado em alguns documentos escritos, como a doação que o rei das Astúrias, Afonso II, faz à Igreja de Santa Maria da cidade de Lugo, em memória da vitória que obteve sobre Maomé. O citado documento indica a doação, entre outras, da Capela de S. Frutuoso – *ecclesia Fructuosi de Monte Modico*.

Além deste documento, há a considerar a escritura do ano de 883, em que o rei D. Afonso III confirma à Santa Igreja Apostólica de Santiago o que o presbítero Cristóvão e Romarico Cerva lhe haviam doado. Da análise deste documento, nada deixa entrever a destruição do convento pelos invasores muçulmanos, antes transparece a possibilidade da sua existência, embora provavelmente abandonado pela retirada dos monges para as Astúrias.

Também em 10 de Março de 1065, Fernando I, rei de Castela e Leão, confirma os foros e privilégios que a Igreja compostelana detinha, episodicamente, em vários povoados e vilas de Portugal, e entre outros lugares, ou vilas, em assunto de administração, se inclui Montélios.

A persistência do culto de S. Frutuoso, através de todas as vicissitudes de uma época calamitosa, explica-se, de certo modo, pelo facto de, nos subúrbios de Braga, e na região de aquém-Mondego até ao rio Minho, ter persistido uma ocupação agrícola, pouco densa, precária, e não hierarquizada, firme numa tradição de intensa religiosidade.

Nesse lugar sagrado se conservou o seu santo corpo por vários séculos, apesar das contingências históricas, e, junto ao túmulo do Santo, nunca deixou de se manter intensa e fervorosa a devoção dos crentes, que, dali e de muito longe, acorriam a pedir a sua milagrosa intercessão para as suas doenças, males e agruras.

O culto do Santo começou a declinar a partir de 1110, quando Diego Gelmírez levou o seu sagrado corpo para Santiago de Compostela, embora pareça ter havido um ressurgimento importante deste culto durante os séculos XVI e XVII, como o testemunha a fundação do convento franciscano e a sua transformação.

Só a 19 de Outubro de 1966 se verificou a trasladação de parte das relíquias, de S. Frutuoso de Santiago para Braga, enquadrada no XIII Centenário da morte deste Santo (CARDOSO, 1978, 6-9; 18-21; 26-27; 46; CAMPOS E ROCA, 1971, 129-170; COUTINHO, 1978, 88-91; DÍAZ E DÍAZ, 1974, 13-23; 80-117; GARCÍA RODRÍGUEZ, 1966, 335-345).



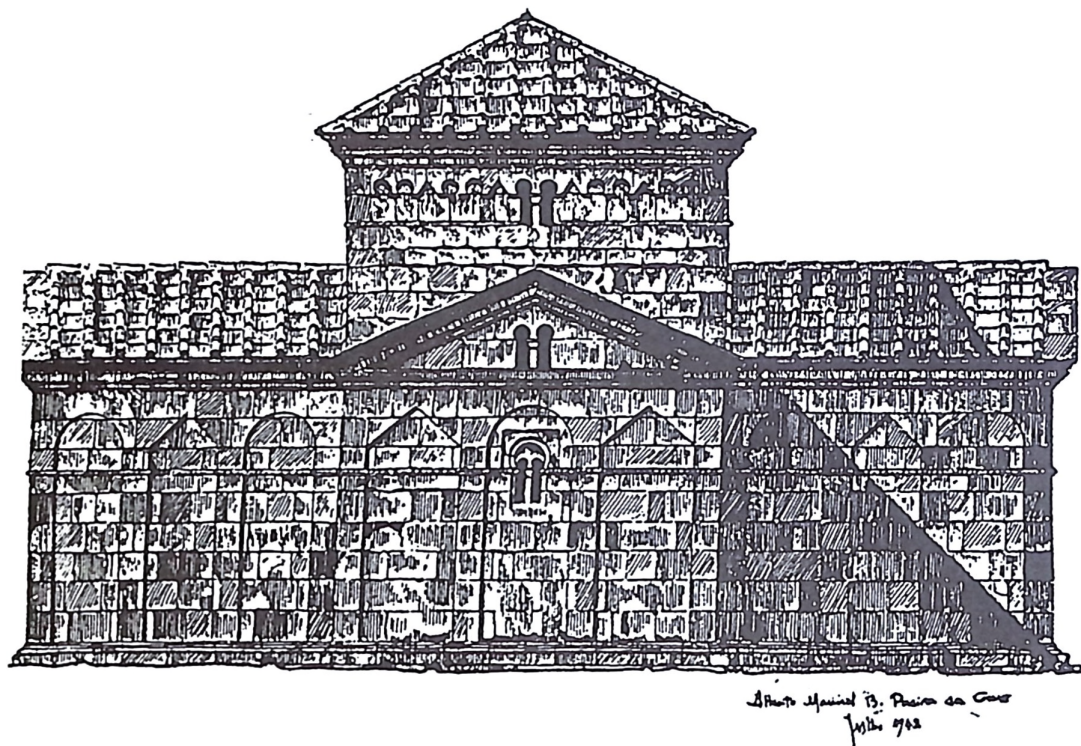
S. Frutuoso – estátua da frontaria da Sé de Braga (século XVI).

2. A Capela de S. Frutuoso de Montélios

2.1 – História e arquitectura

O pequeno templo de S. Frutuoso de Montélios, nos arredores de Braga, é sem dúvida um dos mais celebrados monumentos de Portugal. O edifício, que chegou aos nossos dias bastante transformado, tem uma longa historiografia.

Classificada como monumento nacional em 1944, a Capela situa-se na freguesia de Real (S. Jerónimo, no lugar de Montélios, Braga). Nesse local, onde existiu uma presumível *villa* romana, e até um templo dedicado a Esculápio ou aos manes familiares do senhor da *villa*, fundou S. Frutuoso, na segunda metade do século VII, um mosteiro consagrado a S. Salvador, em cuja igreja-capela viria a ser sepultado em 665.



Igreja de S. Frutuoso. Visão do conjunto restaurado em Julho de 1942, por Pereira da Cruz.

Das vicissitudes da capela até ao início do século XII, quase nada se sabe. Em 1102, D. Diego Gelmírez, arcebispo de Compostela, levou as relíquias de S. Frutuoso para a catedral galega. Embora possa ter sobrevivido às invasões árabes, é provável que tenha sido reconstruída na época da Reconquista Cristã, acompanhando o estabelecimento do culto de S. Frutuoso.

No século xvii, D. Diogo de Sousa fez construir novo convento ao lado da Capela, no qual se instalaram os monges capuchos da Ordem de S. Francisco. No século seguinte, os Fransciscanos promoveram a sua demolição, edificando novo convento e nova igreja.

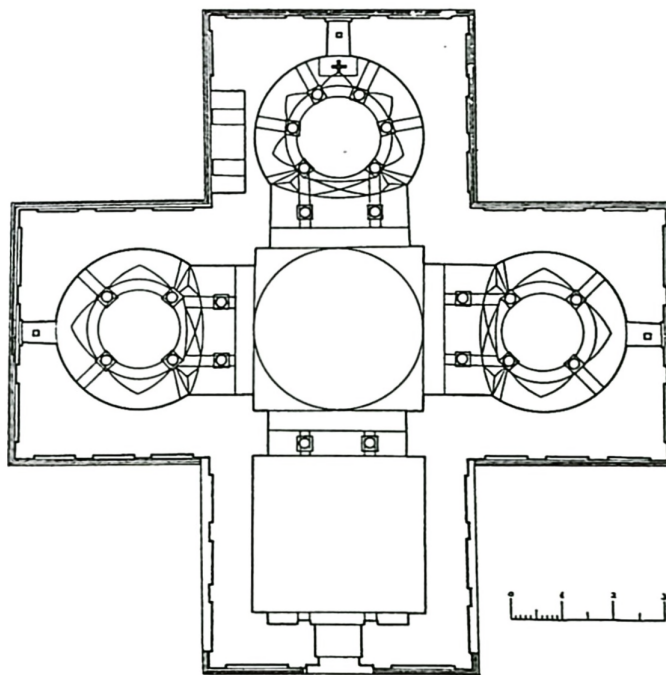
Os trabalhos do laborioso restauro, tendo em vista a completa reintegração do monumento na forma originária, segundo projecto elaborado por Moura Coutinho, basearam-se na análise dos elementos surgidos nas desobstruções, numa vastíssima bibliografia especializada e em observações decorrentes das visitas que efectuou a praticamente todos os monumentos similares da Europa.

Inexplicavelmente, sem ter sido finalizada a obra, os trabalhos viriam a ser suspensos em 1938. A forte polémica que acompanhou todo o processo, opondo os responsáveis da comissão de obras a inúmeros estudiosos e historiadores locais, os primeiros, «visigotistas», e os segundos, «moçarabistas», não terá sido alheia a essa suspensão. A questão ainda hoje se mantém, não sendo possível definir com clareza qual a dominante arquitectónica e estilística.

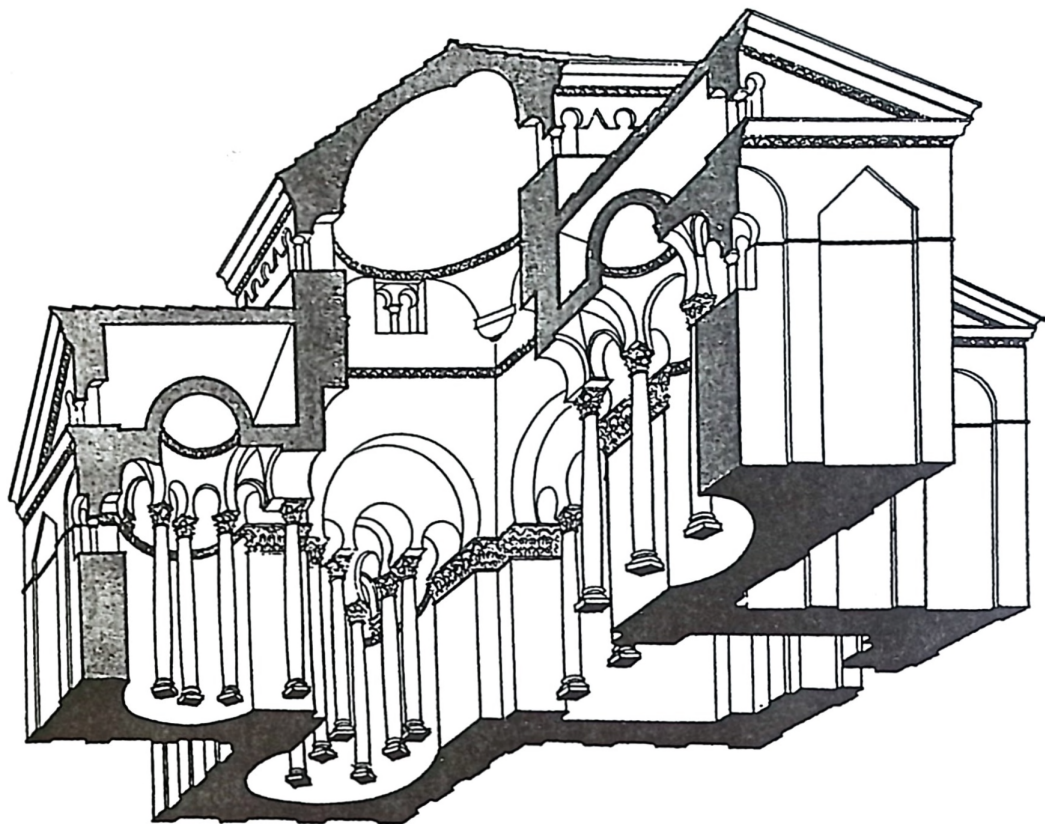
O monumento apresenta elementos de distintas concepções, particularmente ao nível das soluções decorativas, que expressam diferentes momentos de construção. Faltam ainda estudos sistemáticos de âmbito peninsular sobre os estilos e técnicas dos diferentes tipos de capitéis, desde o toscano ao coríntio, e dos diversos elementos arquitectónicos e decorativos dos monumentos alto-medievais, para termos impressões mais claras dos ritmos da sua evolução, das suas cronologias e sobre as suas diferentes características regionais.

Só uma análise profunda e rigorosa de todos os seus elementos, e da sua especificidade no conjunto, juntamente com escavações arqueológicas, que terão necessariamente de estender-se ao espaço envolvente, poderão proporcionar novos dados que permitam melhorar o conhecimento de um dos mais significativos monumentos alto-medievais de Portugal.

Os trabalhos de laborioso restauro permitiram fazer uma ideia exacta da planta, em cruz grega de braços iguais, rectangulares, exteriormente com arcaturas cegas, com elevação torriforme e iluminante sobre o cruzeiro, e da organização espacial deste pequeno templo, construído em silhares de granito geometricamente talhados e dispostos em fiadas horizontais regulares.



Planta da Capela de S. Frutuoso (Montélios).



Pormenor do friso de calcário sob a cornija da torre-lanterna.

A entrada principal, na fachada de ocidente, fora destruída no século XVIII. Aquando da construção da actual Igreja dos Capuchos, começada em 1728, foi integrada no novo espaço como capela lateral, abrindo-se para leste em grande arcada e escadaria.

Durante os trabalhos de restauro, apareceu a padieira da primitiva porta, que, pela sua decoração, se integrava no primeiro friso que percorria horizontalmente o lado ocidental.

A porta principal abria-se no braço que actualmente estabelece ligação com a Igreja de S. Francisco, sendo o único com planta interior quadrada e cobertura em abóbada de berço. Os restantes três braços encerram absides com planta em forma de ferradura, apresentando a do lado do Evangelho (norte) vestígios de uma cobertura abobadada mais complexa, cujo sistema não foi perfeitamente definido.

A passagem das paredes à cobertura é feita através de um friso de calcário decorado com flores-de-lis inscritas em semicírculos, limitados, inferiormente, por uma corda e, superiormente, por um filete em rosário.

No estilo dos temas dos frisos, há um elevado grau de geometrização dos seus motivos, de origem vegetal. A sua técnica de gravação foi biselando o interior das formas, delimitadas por talhe vertical. É notável o grau de estilização dos motivos. No primeiro friso, reconhece-se, na sua origem, o ramo serpenteante de videira, com folhas, com rosetas de seis pontas, e de gavinhas curtas.

A ligação com a quadra central faz-se através de arcos centrais ultrapassados, cujos tímpanos assentam em conjuntos de três arcos de ferradura, por sua vez suportados por pares de colunas e de impostas, de mármore, granito e calcário. Estas últimas, bem como os capitéis das colunas, apresentam uma decoração em folhas de acanto de tipo coríntio tardio.

Delimitada pelos quatro pilares que ligam os arcos torais, a quadra central eleva-se em torre-lanterna, rematando em cúpula de tijolo, cujo peso se descarrega nas paredes através de pendentes terminados em mísulas de granito. Em cada uma das suas quatro paredes, abre-se uma janela geminada, iluminando suave e naturalmente a quadra central. Incrustadas no chão das três absides em ferradura aparecem algumas lajes, que se interpretam como bases de outras colunas. Ainda na abside do lado da Epístola (sul), encontram-se vestígios de uma pavimentação em tijoleira. A torre-cruzeira de S. Frutuoso de Montélios apresenta frisos, uns de modinatura de inspiração clássica e outros com delicada escultura geométrico-vegetal, e a banda cavada, encimada por doze arcozinhos a que faltam os pequenos fustes, uma fórmula decorativa das superfícies murais.

Bem conservada estava a parte central do edifício, a do cruzeiro. No braço sul, mantinham-se também razoáveis parcelas antigas. O braço nascente estava completamente transformado, mas descobriram-se os velhos alicerces, que garantiam a sua primitiva forma e possibilitaram a determinação da sua planta.

Do braço norte, a não ser a parte da sua entrada, nada se conservava, pelo que a sua reedificação foi totalmente nova.

Em cruz grega, os braços norte e sul e o da cabeceira de nascente tinham internamente forma arredondada, ultra-semicircular monocêntrica, com abertura ampla para o cruzeiro.

Externamente, porém, têm forma quadrangular. No arranjo interno do edifício, conservaram-se as colunas da tríplice arcada-grelha sob os arcos estruturais do arranque dos braços norte, sul e ocidental. O restauro possibilitou ainda a descoberta de algumas sapatas das colunas da abside nascente e do braço sul, o que permite visualizar o arranjo interno do edifício, com as suas vinte e duas colunas, duas em cada uma das entradas dos braços, quatro no braço sul, outras tantas no lado norte e seis na cabeceira do lado nascente.



Vista da torre-cruzeiro, e aspectos decorativos do exterior.

A disposição das sapatas, bem como os vestígios do arranque de pequenos arcos na parte superior, permite mostrar a existência de pequenos espaços anelares em cada uma das absides com uma cúpula central.

A torre cruzeira é coberta por abóboda hemisférica. Exteriormente, a capela é formada por um corpo central elevado de base quadrangular, a cujos lados encostam outros tantos corpos, mais baixos, formando os quatro braços da cruz.

Um basamento moldurado, dominado por um touro, e com algumas recordações clássicas, que os trabalhos de restauro descobriram em quase toda a periferia, serve de base de arranque às paredes, decoradas, alternadamente, com arcaturas cegas redondas e em mitra, de pouca profundidade.

Estão feitas em bom aparelho, com pedras bem quadriculadas. Um fino friso, em pedra de Anã, representando uma corda, percorre-as um pouco acima da parte média. As paredes rematam com um outro friso da mesma pedra, mais amplo, decorado com semicírculos que abrigam trifólios de desenho delicado e feito a bisel, o qual é encimado por uma cornija dominada por duas escócias com feições de inspiração clássica.



Pormenor da arca-tura sob a cornija da torre lanterna.

O restauro foi feito nos diferentes braços. O friso assenta numa arcatura cega de tipo lombardo, com uma teoria de dois arcos em ferradura, que alternam com um arco em mitra ou normando. Nos braços, moldurando os frontões, e sob a cornija, desenvolve-se um friso de calcário, idêntico ao que corre sob a cornija do corpo central. Mais abaixo, um friso de mármore, em corda, envolve toda a construção.

Nas paredes, praticamente a toda a sua altura, inscrevem-se arcaturas cegas em teoria alternante de arcos semicirculares e arcos em mitra. De assinalar ainda, na parede norte da abside este, um arco-sólio ou nicho destinado a abrigar um sarcófago, havendo quem lhe atribua o destino de guardar os restos mortais de S. Frutuoso.

Arquitectonicamente, mais do que uma *cella memoriae*, ou capela-mausoléu, ou *martyrium*, é também um santuário para consagrar altares de relíquias.

O Concílio I de Braga, efectuado em 1 de Maio de 561, dá a entender que havia *martyria* nesta zona, fora dos quais se sepultavam os defuntos. O dito Concílio estabeleceu, no seu Cânon ou artigo XVII, a proibição de se sepultar dentro das igrejas, pelo que S. Frutuoso teria de ser sepultado do lado de fora do monumento (*de foris*).

Ficava, assim, cumprido o preceito canónico e feita a sua vontade veemente, de acordo com os escritos de S. Bráulio, contemporâneo de S. Frutuoso e seu biógrafo. Na época bizantina, o culto dos mártires passara por importantes fases. Com o nome de *martyria* (Testemunhos), abrigaram-se as suas relíquias em edifícios funerários de variados planos, onde se celebrava a liturgia no seu aniversário. Depois, a partir do século v, o culto dos mártires penetrou nas igrejas, embora permanecesse distinto da liturgia ordinária.

Na Palestina, veneravam-se, como testemunhos, os lugares históricos da vida de Jesus onde tinha havido aparições divinas, comemoradas por igrejas ou capelas, em cujas absides se reproduziam pinturas das teofanias (COUTINHO, 1978, LXXXIII) (ALMEIDA, C., 1986, 67-68; 70; 95-96; 98-99; 113; 117-118; LACERDA, 1942, 118-127).



Vista externas de S. Frutuoso onde se pode observar o arcosólio.

2.2 Decoração e iconografia

A arte decorativa deste período vai desenvolver ainda mais o geométrico, para além de acentuar a esquematização dos temas vegetais, utilizando sistematicamente a técnica do desenho a compasso e a esquadro, desbastando os temas com o bisel e, por vezes, à goiva.

De entre os temas vegetais, para além das rosetas de ascendência clássica, de quatro, cinco ou mais pétalas, e de ramos de videira e ramagens arborescentes, existem folhas de acanto, palmetas e, mais

frequentemente, os trifólios. A versão mais geometrizada destas aparenta-se à flor-de-lis. As representações de animais não são muito frequentes, mas aparecem grifos, leões afrontados e animais sob arcada, em frisos e em pilastras, como é o caso do bloco de calcário da Capela de S. Frutuoso.

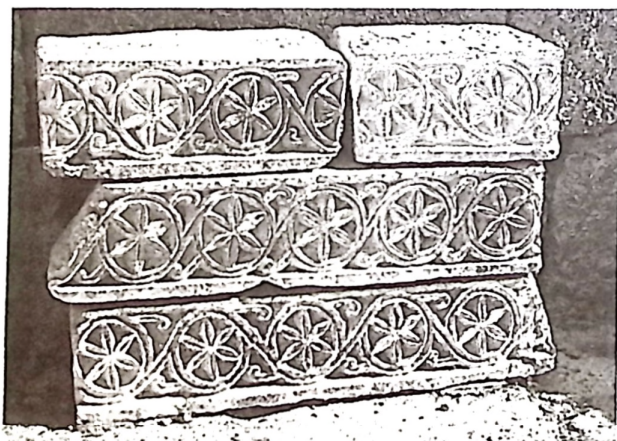
A escultura visigótica assumiu muito da longa tradição decorativa paleocristã, como facilmente se nota pelos temas dos ramos de videira, serpenteando entre folhas e cachos de uvas, pelas ramagens arborescentes ou encurvadas, pela cruz de braços iguais, nobilitada por animais afrontados ou glorificados, pelo alfa e omega, pela vieira, pelas arcadas, etc.

A arquitectura visigótica em Portugal utilizou e desenvolveu três grandes tipos de capitel coríntio: o normal, o corintizante e o de folhas lisas, sendo o mais frequente o coríntio clássico, com duas coroas de folhas de acanto, caulículos e volutas.

Se o meramente ornamental já tem, em si mesmo, uma carga simbólica, resultante do prestígio e dos valores que confere aos passos que ambienta, há temas que enriquecem esse simbolismo.

A descoberta da significação dos temas utilizados na decoração da arquitectura visigótica dever-se-á fazer tendo em atenção o local a que se destinavam e a sequência da sua leitura, isto é, o texto e o contexto.

Num friso ou numa pilastra, entre uma sequência rimada de cruzes, círculos radiados com rosetas de seis ou mais pontas ou formações cruciformes vegetalizadas, conclui-se que estes motivos têm signi-



Pormenor do tema decorativo de rosáceas sexifólias.



Friso decorativos.

ficação aparentada à daqueles. Não faltam representações que nos falam de Cristo como Sol, e daí a quase equivalência semântica entre a simples cruz e as representações de rodas radiadas.

O tema das folhagens arborescentes, que se vê em pilastras, e que tanto tem a ver com a arte paleocristã, relaciona-se com a representação da árvore da vida.

O ramo de videira tem uma nítida simbologia eucarística, e, por isso, frequentes

vezes se representa nos elementos arquitectónicos que se colocavam perto do altar. Por esta razão, muitas vezes se associa o *canthârus* e a cruz.

Outro tema com notório e importante significado sagrado é o da concha da vieira. A sua representação nobilita e simboliza a sacralização do espaço que abriga.

A existência de iluminura na época visigótica não está minimamente garantida. Na escultura deste período, não há imaginária devocional, embora, excepcionalmente, como se vê numa pilastra de Toledo e num capitel de Córdoba, se possam representar cenas religiosas ou os símbolos dos evangelistas.

A tradição anti-icónica era poderosa e atingia, sobretudo, a estatuária. O culto das relíquias satisfazia, então, as necessidades devocionais dos fiéis. A escultura destinava-se à arquitectura e procurava servir a distinção e a nobilitação dos seus espaços.

Quanto aos frisos longos, horizontais, sobretudo dominantes no espaço do altar, conduzem-nos tendencialmente à abside e à fresta do sol nascente. Verifica-se a imbricação de temas geométricos ou vegetais, que nos mostram círculos e cruzes, vegetais e cruciformes, numa teia de grande miscigenação temática e polissémica, numa mostra do gosto de um ritmo eleante de formas sobrepostas e de riscos multitudinários, que a extensão dos frisos ainda acentua mais.

A decoração interna da Capela de S. Frutuoso é notavelmente rica e suscita difíceis interrogações. Nas colunas das arcadas-grelha, há, dois a dois, três grupos de pequenos capitéis coríntios, de diferentes artistas. Os do braço da entrada, em mármore, foram reaproveitados e parecem ser da época paleocristã ou visigótica.

O ábaco é fruste e quase se não vêem as volutas, mas as folhas de acanto têm relevo. Os da entrada do braço norte têm também as duas coroas de folhas de acanto bem reveladas, com cálices salientes e muito vegetalizados. As volutas internas estão atrofiadas e as exteriores terminam em concha de caracol. Há, pois, aspectos classicizantes a par de outros tardios, com destaque, entre estes, para a cinta em forma de corda, que vemos a rematar o seu cesto.

Formando um alinhamento horizontal com estes capitéis das quatro arcadas-grelha, há um friso, denso e alto, a percorrer as paredes-pilares da torre cruzeira.

É feito de pedra de Ansã e consta de capitéis coríntios apilastrados, continuamente multiplicados, com duas bandas de folhas de acanto, caulículos de talos com remate em pérolas e cálice de palmetas recurvadas e extensas, que vegetalizam e quase encobrem as volutas, rematadas em hélices grafíticas.

Há, pois, dentro da gama dos capitéis utilizados, exemplares seguramente de três épocas. Pelo menos um par de capitéis e uns pedaços de decoração desperdiçada vêm-se nas traseiras de dois blocos de friso coríntio, que parecem da época paleocristã, talvez do século VI, ou do período visigótico.

O maior grupo de capitéis, de friso, de colunas ou apilastrados, todos executados em pedra de Ansã, pertence à época da construção do monumento, mas há um outro posterior.

Frisos em calcário percorrem as paredes do templo: internamente, há frisos quando se inicia o arranque das diferentes abóbodas, e, externamente vê-se um estreito, em corda, um pouco acima da parte média das paredes e, outro, mais largo, sob a cornija dos telhados (ALMEIDA, C., 1986, 67-68; 102-103 ; LACERDA, 1942, 118-127; COUTINHO, 1978, 111-211).

2.2.1 Simbolismo religioso

Simbolismo define-se como a linguagem que a mensagem comporta, independentemente da sua origem e contexto, quer seja aceite ou não. O símbolo é a simbiose de uma ideia e da respectiva representação, de tal forma que se tornam inseparáveis (WEST, 1989, xv).

Na organização espacial do templo, a entrada por oeste simbolizava a materialidade dos valores terrenos, das trevas e das moradas dos demónios, em oposição ao espiritual, que o lado oriental representava.

Por esse lado penetrava a luz do sol nascente, que representava Cristo, o Sol do Universo, segundo a profecia de Malaquias (4:2).

A colocação do altar neste local deriva de antigas tradições pagãs. O Sol foi também simbolicamente interpretado como o Filho, ou seja, Cristo, o Filho de Deus.

O norte, o lado do Evangelho, foi sempre considerado a região do frio e da noite, pois nos séculos iniciais da Igreja, os Bárbaros viviam a norte, e a leitura do Evangelho interpreta a simbologia desse lado como um desejo da Igreja de os converter (FERGUSON, 1961, 41-46; WHONE, 1990, 73).

A forma crucial tem remota tradição, que lhe vem das primitivas igrejas cristãs. A mística ideologia cristã ligava esta disposição ao símbolo da Redenção, pela mesma razão que impunha ao orante a extensão lateral dos braços – *in similitudinem Crucis*.

A mesma simbologia cristã sugeria, para a conformação tríptica das hastes superiores da cruz, o mais sublime dos dogmas – a Trindade.

A planta em cruz grega da Capela de S. Frutuoso, sugestiva configuração, recorda aos crentes a tragédia do Calvário, num sentido de mística religiosidade, e também o símbolo sagrado que foi o fulcro que criou o espírito cristão e formou a sua universalidade.

Nesta Capela, sobre o quadrado resultante da convergência dos quatro braços que formam a cruz, levanta-se o cubo central e, a dominar toda a organização, a cúpula hemisférica, que, na sua representação simbólica, mostra Cristo na Ascensão triunfante.

A decoração torna-se expressão do sentimento cristão e representa o Divino e o Eterno. Neste monumento, é circunstância primordial considerar o emprego constante de motivos florais e geo-métricos, com sistemática exclusão dos temas iconográficos, simbólicos e figurativos (COUTINHO, 1978, 174).

Dentro dos temas vegetais, o trifólio, com representação frequente, é, em termos genéricos, um símbolo da Santíssima Trindade na arte cristã.



Pormenor dos frisos com trifólios.

Quanto à flor-de-lis (*lilium*), cuja beleza se manifesta já na Bíblia, no Cântico dos Cânticos («vejam as flores-de-lis, como elas crescem... Salomão, em toda a sua glória, não foi ornamentado com uma delas»), é simbolizada como representação da Anunciação, e da castidade e pureza atribuídas à Virgem Maria.

Da mesma maneira, o filete em rosário que limita superiormente o friso de calcário decorado com aquelas flores mostra, através do entrelaçado de rosas, um aspecto de representação do Rosário, forma de devoção à Virgem Maria (WHONE, 1990, 113; 191; FERGUSON, 1961, 34; 168; WEST, 1989, 52; 138-139).

Outro tema ornamental, a corda, vulgar em todas as artes, tem uma longa tradição na decoração arquitectónica do Noroeste peninsular. Era já vulgar na cultura castreja. Os tempos posteriores, principalmente os tardo-romanos e paleocristãos, não o esqueceram, tendo este motivo conhecido um notável ressurgimento na época da Reconquista e da cultura moçárabe (ALMEIDA, C., 1986, 169).

A corda é um dos símbolos da traição de Judas a Cristo, de acordo com o Evangelho segundo S. João (18:12), e, conforme a tradição, Judas utilizou-a para se enforcar depois do seu condenável acto.

Outra alusão à corda é a que está relacionada com o acto de amarrar Cristo ao pilar durante a Flagelação, tendo um significado simbólico de castidade, temperança e autodomínio. Por sua vez, o pilar identifica-se com a Paixão de Cristo (FERGUSON, 1961, 157; 178-179).

Outra forma decorativa de origem vegetal é o ramo da videira, com folhas, com rosetas de seis pontas ou rosáceas sexifólias e de gavinhas curtas. A vinha, símbolo da eternidade, expressa a relação entre Deus e o Seu Povo, isto é, a Sua Igreja.



Decoração em corda do friso exterior de calcário que circunda a Capela.

A vinha, com as suas ramificações, é o arquétipo da Árvore da Vida. As rosáceas sexifólias significarão formações cruciformes vegetalizadas, pois a cruz de seis braços é considerada como o mais antigo símbolo da cristandade, já referida na visão que o imperador Constantino teve antes da batalha de Milvia (FERGUSON, 1961, 39; WEST, 1989, 13; 17; WHONE, 1990, 197).

Há ainda a considerar os capitéis das colunas e, nas impostas, a decoração em folhas de acanto, cujo simbolismo pretende traduzir a paz do Éden (WEST, 1989, 51).

O arco semicircular ultrapassado, vulgarmente designado como arco de ferradura, característica do motivo arquitectónico patente na Capela de S. Frutuoso, representa, através de tal recorte, a estilização reduzida da estela antropomorfa, repetindo-se assim a sobrevivência ritual sobre a verdadeira estela.

O arco ultrapassado da estela não será mais do que a esquematização da cabeça e ombros do corpo humano, que ela, na sua forma discóide, em última análise configurará. Mas em muitos casos não há que duvidar, pelo lançamento dos arcos, assento dos respectivos extremos, motivos puramente arquitectónicos, que se procurou reproduzir um pormenor construtivo, sendo tal figuração considerada pelos

que a empregavam como a representação das Portas do Céu, ou de um Santuário, o que abundantemente documentam as estelas e construções funerárias antigas e modernas (CORREIA, 1949, 56).

Na esquematização ornamental das paredes, há alternância de arcaturas cegas redondas e em mitra, assentes num basamento moldurado e dominado por um touro, que, no cristianismo primitivo, foi aceite como símbolo de Cristo, o verdadeiro Sacrifício.

O touro é o símbolo de S. Silvestre, papa contemporâneo de Constantino, venerado em resultado dos seus milagres, um dos quais, de acordo com a lenda, foi o trazer de novo à vida um touro (FERGUSON, 1961, 13; TAVARES, 1990, 132; WEST, 1989, 57).

A alternância de arcos e mitras é frequente nos sarcófagos da Antiguidade Cristã. Trata-se de preciosos elementos para os estudos arqueológicos e históricos dessas épocas remotas, reflectindo a filosofia estóica e a crença da ressurreição na Eternidade (COUTINHO, 1978, 204-5).

Os arcos poderão traduzir também a simbologia das Tábuas da Lei ou dos Dez Mandamentos (WEST, 1989, 12).

Quanto à mitra, cujo significado tem origem obscura, é provável que esteja conotada com Mithras, Deus da Luz, podendo ter sido, neste contexto, um dos componentes dos paramentos mitraicos, adaptado pela cristandade em Roma, uma vez que o chefe religioso mitraico era conhecido como Papa, como passou a ser também designado o chefe supremo da Igreja Cristã (WHONE, 1961, 125).

Há ainda a considerar que a forma triangular da mesma possa ser o símbolo da Santíssima Trindade (FERGUSON, 1961, 153).



Perspectiva das arcaturas interiores.

3. A Iconografia de S. Frutuoso

O Santo figura no calendário de Córdova de 961, ostentando o pálio, mitra e casula dos arcebispos, num quadro do pintor catalão Jacomart, existente no Museu de Arte da Catalunha, em Barcelona.

Na mão esquerda, segura uma cruz de uma só travessa e, com a direita, faz o gesto de abençoar. O Santo está sentado e, junto a ele, do lado esquerdo do observador, vê-se uma corça deitada.

A presença do animal é interpretada como simbolizando um local de refúgio e protecção da perseguição dos caçadores.

Noutro calendário do terceiro quartel do século XII, junto ao missal de Mateus e publicado por Pierre David, figuram os dois santos bispos que tiveram o nome de Frutuoso, o bispo de Tarragona, martirizado juntamente com os seus diáconos, e o metropolitano de Braga.

É considerado o mais antigo calendário de Braga, anterior a 1176. Nele, os dias das comemorações desses Santos são os mesmos de hoje: 21 de Janeiro, para S. Frutuoso de Tarragona e seus diáconos, e 16 de Abril, para S. Frutuoso, bispo de Braga.

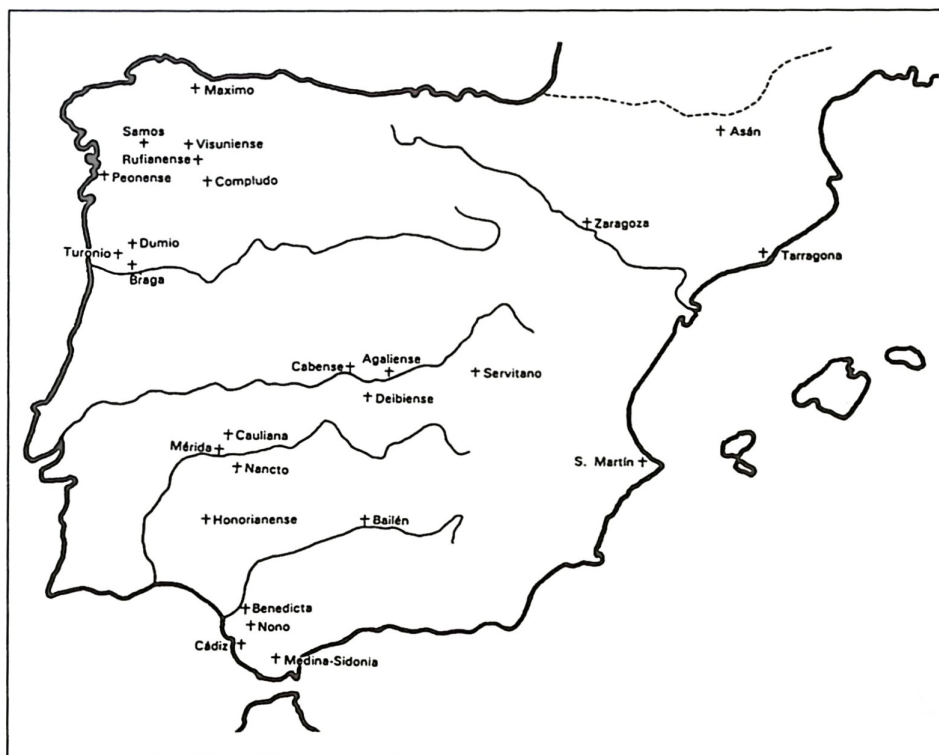
Nesta época, fazia-se, portanto, uma distinção nítida entre os dois Santos.

Nem os atributos de S. Frutuoso de Tarragona, nem os de S. Frutuoso de Braga, na sua representação, eram aplicados pelos artistas com rigidez.

Representação semelhante à do Santo de Tarragona, uma escultura do século XVII ou XVIII existente na Sé de Manresa, em que este Santo, de mitra e pluvial, segura o báculo com a mão esquerda e um livro com a direita, é a de S. Frutuoso de Braga, numa imagem setecentista, de madeira, pertencente à Igreja Paroquial de S. Mamede de Infesta, concelho de Matosinhos, bispado do Porto.

Como a do mártir tarraconense, existente em Manresa, a do metropolitano de Braga também segura um livro, como se pode também observar num quadro do Museu da Sé de Braga, datado do século XVI (ALMEIDA, F., 1967, 53-54; LOPES, 1967, 362).

4. Conclusões



Mapa monástico
da Espanha
Visigoda
(Orlandis, 1987,
228).

O monaquismo foi, na Península Ibérica, durante o século VII, um fenómeno extremamente relevante, não só religiosa e culturalmente, como também económica e socialmente. Em todas as grandes cidades episcopais do tempo se documentam importantes mosteiros suburbanos, desde Braga a Mérida, de Toledo a Valença.

Nos meados do mesmo século, brilhou em Saragoça S. Bráulio e em Toledo notabilizaram-se os bispos Santo Ildefonso, Santo Eugénio e, posteriormente, S. Julião.

A cultura religiosa de então, mantendo embora a generalidade das perspectivas anteriores, deixara de ser anti-ariana para se tornar, expressivamente anti-judaica.

No Noroeste peninsular domina a figura de S. Frutuoso, bispo de Dume e de Braga, como nos relata a sua biografia, escrita pouco depois da sua morte, e se infere da regra monástica a cuja redacção está ligado. Esta regra estabelece uma como que biblioteca itinerante entre diferentes mosteiros da mesma congregação, pois, sazonalmente, os diversos códices deviam passar de uns para os outros.

Grande apaixonado pelos livros e pela cultura, é conhecida uma sua carta escrita a S. Bráulio de Saragoça, a solicitar a cedência de cópias de obras, como a *Vita S. Aemiliani* e as *Collationes*, de Cassiano.

Na *Regula Monachorum*, que escreveu para as suas fundações monásticas, valoriza muito os aspectos ascéticos e quase eremíticos. É possível que esta orientação esteja relacionada com a crise da sociedade de então.

Não menos interesse tem a sua acção na reforma e desenvolvimento do monaquismo tradicional da região, de ascendência anterior, especificada na *Regula Communis* e no *Pactum*.

Este tipo de monaquismo abrangia mosteiros próprios, familiares e dúplices, que eram motivados por razões religiosas e também pelo associativismo, bem como por vantagens económicas.

Importava mantê-lo e até desenvolvê-lo, pois era fundamental para a prestação de serviços religiosos naquela época.

S. Frutuoso, modesto e asceta, que percorrera, por vezes descalço, a Península, fundando conventos, ergueu faustoso monumento para seu repouso final – a Capela de Montélios –, de acordo com as exigências do ambiente social da época, em paralelismo com a grandeza da sua Sé metropolitana e demais igrejas da diocese.

Nos primeiros séculos, a arte cristã era acima de tudo um acto de fé. Com o advento oficial do cristianismo, essa arte cristã, em lenta evolução, adquire outras características. As ilustrações simbólicas tornam-se menos abstractas, vão diminuindo as representações mitológicas, e as composições, por vezes de aspecto monumental, tomam carácter narrativo e histórico.

A arte é olhada como um ensino que completa o dos livros santos, e os temas religiosos são considerados como ornamentação necessária dos santuários.

Com o triunfo do Cristianismo e respectiva expansão religiosa, surge, com os poderosos ideais cristãos, nova formação ética, mística e artística, com a qual evoluem, paralelamente, novos ideais estéticos.

As complexas e sábias soluções do monumento de S. Frutuoso completam-se pela adjunção de efeitos decorativos de comunicativo encanto, mas modelado sóbrio, que têm como objectivo ressaltar o valor das formas construtivas, salientando-lhes o volume e definindo-lhes os perfis nas suas belas proporções.

O simbolismo religioso, expressão do sentimento cristão, reflectido na decoração, através dos elementos geométricos e motivos florais, dá à Capela de S. Frutuoso, morada eterna do Santo, uma representação do Divino.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, C. *História da Arte em Portugal – Arte da Alta Idade Média*, Edições Alfa, Lisboa, 1986.
- ALMEIDA, F. *História da Igreja em Portugal*, volume I, Portucalense Editora, Porto, 1967.
- AZEVEDO, A. *O Mausoléu de S. Frutuoso de Braga*, Braga, 1965.
- BRÁULIO. *Vita Sancti Emiliani*, Edição L. Vásquez de Parga, Madrid, 1943.
- CAMACHO MACIAS, A. *El libro de las Vidas de los Santos Padres de Mérida*, Mérida, 1988.
- CAMPOS, J. e ROCA, I. *Santos Padres Españoles, II, San Leandro, San Fructuoso, San Isidoro, Regulas monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las «Sentencias»*, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1971.
- CARDOSO, J. *Vida de S. Frutuoso, Arcebispo de Braga*, Livraria Cruz, Braga, 1978.
- CERRILLO, E. et alli. *Cancel de Época Visigótica de Montánchez – Cáceres*, Zephyrus, XXIII – XXIV, Salamanca, 1972-73.
- CHARBONNEAU-LASSAY, L. *The Bestiary of Christ*, Arkana-Penguin Group, New York, 1992.
- CORREIA, V. *Obras*, volume II – *Estudos de História de Arte, Arquitectura*, Atlântida Livraria Editora, Coimbra, 1949.
- COUTINHO, J. *São Frutuoso*, Publicações da ASPA, Braga, 1978.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. *La Vida de San Fructuoso de Braga*, Empresa do Diário do Minho, Braga, 1974.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. *Notas para Uma Cronologia de Frutuoso de Braga*, Bracara Augusta, tomo I, volume XXI, Janeiro-Dezembro de 1967, n.ºs 47-50 (59-62), 215-223, Câmara Municipal de Braga, 1967.
- ESTEBÁN LORENTE, J. *Tratado de Iconografía*, Istmo, Madrid, 1990.
- FERGUSON, G. *Signs & Symbols in Christian Art*, Oxford University Press, New York, 1961.
- GAIFFIER, B. *Hagiographie Hispanique*, Analecta Bollandiana, 66, 299-318, 1948.
- GARCÍA RODRÍGUEZ, C. *El culto de los santos en la España Romana y Visigótica*, Madrid, 1966.
- GIL, J. *As mais Belas Igrejas de Portugal*, Verbo, Lisboa, 1988.
- LACERDA, A. *História da Arte em Portugal*, Lisboa, 1942.
- MOREIRA, J. *São Frutuoso de Montélios – A Igreja mais Bizantina da Península*, Estudos e Comentários, Braga, 1958.
- LOPES, C. *Iconografia de S. Frutuoso*, Bracara Augusta, tomo I, volume XXI, Janeiro-Dezembro de 1967, n.ºs 47-50 (59-62), 361-366, Câmara Municipal de Braga, 1967.
- MENÉNDEZ, R. *Historia de España – III, España Visigoda, la Monarquía, la Cultura, las Artes*, Espasa-Calpe, Madrid, 1991.
- NOCK, C. *The Vita Sancti Fructuosi*, 1946.
- OLAGUER-FELIÚ, F. *El Arte Medieval hasta el Año Mil*, Taurus, Madrid, 1989.
- ORLANDIS, J. *Historia de España, Época Visigoda (409-711)*, Editorial Gredos, Madrid, 1987.
- PUOAN, J. *Summa Artis, Historia General del Arte*, VIII, Espasa-Calpe, Madrid, 1942.
- WEST, C. *Outward Signs, the Language of Christian Symbolism*, Walker and Company, 1989.
- WHONE, H. *Church, Monaster, Cathedral, An Illustrated Guide to Christian Symbolism*, Element Books, Dorset, 1990.